

## PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DESENVOLVIDOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Sandra Maria Martins da Costa<sup>1</sup>

Edgard Ricardo Benício<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda a inclusão do aluno com deficiência e como acontece o seu processo de ensino e aprendizagem dentro de escolas da rede regular e básica de ensino nos primeiros anos do ensino fundamental, traz também uma abordagem do funcionamento de uma escola em Goiânia, o funcionamento das SRMF e AEE. Este trabalho tem como principais referenciais: Mantoan (1997, 2002 e 2015), Kassar (2012), Rebelo e Kassar (2014), Dubet (2003), Glat e Almeida (2014), Stainback e Stainback (1999), Farias e Santos (2020), Anjos (2011), Piovesan et al (2018), Falconi e Silva (2002) e o PPP da E.M.T.I.M.F. (2021). Como questão de pesquisa: quais os processos de ensino e aprendizagem estão sendo desenvolvidos, tornando-se eficazes para que haja uma inclusão na etapa do ensino fundamental I? O objetivo principal do estudo: compreender a inclusão no contexto educacional da rede pública da educação básica. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, para a análise e discussão dos dados, por meio de artigos científicos selecionados no Portal do Google Acadêmico, do ano de 2021, usando os seguintes descritores: ensino e aprendizagem; inclusão escolar. A perspectiva inclusiva na aprendizagem conduz a uma abordagem mais ampla das dificuldades educativas dos alunos, centradas no desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Conforme Mantoan (2015), a perspectiva inclusiva indica o direito de todos os estudantes acessarem o mesmo currículo. Como resultadas os alunos com alguma deficiência precisam que os professores se tornem mais próximos a eles, isto é, captem seus limites e reconheçam suas necessidades, para dar-lhes um suporte essencial, atendendo assim suas individualidades.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino. Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article discusses the inclusion of students with disabilities and how their teaching and learning process takes place within the schools of the regular and basic education network in the first years of elementary school, it also brings an approach to the functioning of a school in Goiânia, the functioning of the SRMF and the AEE. This work has as main references: Mantoan (1997, 2002 and 2015), Kassar (2012), Rebelo and Kassar (2014), Dubet (2003), Glat and Almeida (2014), Stainback and Stainback (1999), Farias and Santos (2020), Anjos (2011), Piovesan et al (2018), Falconi e Silva (2002) and E.M.T.I.M.F. (2021). How is teaching being developed to include the teaching being developed for elementary school I? The main objective of the study: to understand the inclusion in the educational context of the public basic education network. A qualitative research was developed, for data analysis and discussion, through scientific articles in the selected Google Acad Portal, from the year 2021, using the following descriptors: teaching and learning; school inclusion. The inclusive perspective of learning leads to a broader approach to students' educational difficulties, centered on student development. According to Mantoan (2015), the inclusive perspective indicates the right of all students to access the same curriculum. With this, students with disabilities need teachers to approach them, that is, to capture their limits and recognize their needs, in order to give them essential support, thus meeting their individualities.

**Keywords:** Inclusion. Teaching. Learning.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano, Campus Avançado de Hidrolândia – Polo Goiânia. E-mail: [sandra.maria@estudante.ifgoiano.edu.br](mailto:sandra.maria@estudante.ifgoiano.edu.br)

<sup>2</sup> Pedagogo, Mestre em Educação, Orientador de TCC do IF Goiano. E-mail: [edgard.ifgoiano@gmail.com](mailto:edgard.ifgoiano@gmail.com)

## 1.INTRODUÇÃO

Quando se traz historicamente um panorama histórico da educação especial no Brasil, que se inicia no século XIX, descobre-se que dois aspectos caminham juntos, são constitutivos de nossa história: a desigualdade e a diversidade. Estão arraigados desde sempre, se assim se pode analisar e constatar que por isso sempre se fez necessário lutas, interesses, estudos, decretos e leis para desamarrar estes nós, destrancar essas algemas da exclusão.

Kassar (2012) em seu artigo: Educação especial no Brasil: Desigualdade e desafios no reconhecimento da diversidade, faz citação à Venâncio e Lima (1991):

A formação econômica do Brasil e as características de sua organização social fizeram com que o país passasse a conviver com vários problemas que impactaram diretamente a vida de crianças e jovens brasileiros, muitos dos quais presentes até hoje: crianças abandonadas nas ruas das grandes cidades, desde o século XVII. ( p. 835)

Essa organização social é base de problemas que afetam diretamente a educação, ou seja, se as políticas públicas educacionais falham, deixam a desejar, reflete na educação de sua população. E assim sendo, Gomes (2001), Lima (2011) citado ainda por Kassar (2012 p.836) no mesmo artigo, diz que isso acaba trazendo: “Restrita cobertura escolar e, conseqüentemente, um número grande de analfabetos”.

Segundo o IBGE no Brasil, segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua-PNDAD contínua 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). Precisa-se esclarecer todos, comunidade escolar como um todo, gestores, coordenadores, pais, para que busque cada vez mais os direitos garantidos pela Constituição.

Na Constituição de 1988, no capítulo III, art.205 que diz: “A Educação é direito de todos e dever do estado e da família”. Não exclui nenhum. Mas diz que todos tem direito a educação. No art.208, prevê “garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Para que esse sistema educacional inclusivo cada vez mais encontre espaço em nossa sociedade.

Mantoan (2002) em seu artigo: A educação especial no Brasil – Da exclusão à inclusão diz que:

Contrário a outros países, os pais brasileiros, na sua maioria, ainda não se posicionaram em favor da inclusão escolar de seus filhos, organizando-se em associações especializadas para garantir o direito à educação de seus filhos com

deficiência. (p.03) ... que o momento é de descartar as manobras teóricas, as distorções propositais do conceito de inclusão, condicionando às capacidades intelectuais, sociais e culturais dos alunos. (p.12)

Pois acredita que se pode refazer a educação escolar, segundo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais. E assim se desenvolver uma educação de forma a garantir o direito de seus filhos com deficiência, quando realmente se posicionarem em favor da inclusão de maneira legítima, organizando-se em associações especializadas em prol de tal defesa.

Neste contexto, Bueno (1999) citado por Glat e Nogueira (2003):

A escola que é inclusiva, muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos. Isso é captam suas maiores dificuldades, para dar-lhes um suporte essencial, para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, para que se acabe o mito errôneo, que a prática pedagógica do professor ou se dá para os considerados alunos normais ou excepcionais. (p. 136)

É importante que a inclusão de alunos que necessitam dos processos de ensino e aprendizagem, receba um olhar atento sabendo que cada criança é única, possui seu próprio ritmo de aprendizagem, e que seu conhecimento será construído sob as bases do quanto ela se sentir incluída, e que tais processos de ensino e aprendizagem devem ser construídos e conquistados no dia a dia, dentro da limitação de cada um.

Segundo Teixeira (2013):

A aprendizagem é um processo contínuo, ela se dá a partir de inúmeros processos físicos-biológicos, psicológicos e também sociais. Pode-se, entende-se que a aprendizagem é um processo natural, entretanto, alguns indivíduos possuem algumas necessidades especiais que devem ser levadas em consideração no processo didático-pedagógico. (p. 26)

Essas necessidades especiais relacionam-se a todos os déficits, transtornos psicológicos, mentais, síndromes, hiperatividades, TDHA e outras deficiências que necessitam de uma inclusão no processo de ensino, como visual, auditiva e outras. Pois a inclusão se dá a partir de inúmeros processos, e também da necessidade individual de cada educando. E que devem serem levados em consideração.

Não se pode deixar de mencionar que o sistema educacional seja acolhedor e inclusivo, ou seja, que nossos sistemas educacionais de ensino sobre a inclusão não fique só no papel, mas que se transforme cada dia em uma realidade inclusiva, onde todos possam conviver juntos e aprender uns com os outros em suas diferenças e diversidades, de quaisquer naturezas.

De acordo com Mantoan (2002), artigo: A educação especial no Brasil – Da exclusão à inclusão diz que:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB mais recente, Lei nº 9.394 de 20/12/96, destina o capítulo V inteiramente à Educação Especial, definindo-a no art.58º como “...uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”. E no art. 59º a LDB dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, em função de alunos que não atinjam o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de deficiências. (p.05)

A autora também pontua que existe uma clareza para se compreender que os legisladores estabeleceram uma relação direta entre os alunos com deficiência e educação especial. Mas que essa reciprocidade de relação estabelecida, não é interessante, visto que temos como objetivo que todos os alunos sejam inseridos, total e incondicionalmente, nas escolas regulares, aberta às diferenças. Pois os estudos mostram que não existe respostas conclusivas sobre qual é o verdadeiro alunado da educação especial.

Aranha (2004) complementa muito bem esta visão de Mantoan quando afirma: Cabe, “portanto, à escola inclusiva garantir qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (p. 07).

Rebello e Kassar (2014) nos traz em seu artigo que para a discussão sobre a garantia de efetivação do processo ensino-aprendizagem, são analisados dados do Censo Escolar referentes ao município, disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP, que são confrontados com documentos produzidos pelo governo federal.

Ainda Kassar (2012 p.834) ressalva: Temos obtido avanços e limites das políticas educacionais brasileiras para os alunos com deficiências, que todavia foram marginalizadas do processo escolar, mas os limites da educação brasileira, em se tratando das proposições legais e nas práticas escolares ainda conserva complexas relações que envolvem os lugares da diferença.

Neste estudo foram encontradas algumas respostas, pois cada vez mais precisa-se que haja mais processos de inclusão de alunos em todas as mais várias diversidades, independentemente de sua cor de pele, de suas condições socioculturais, econômicas e se possui alguma deficiência ou transtorno.

Muitas vezes o sistema educacional, nem seu quadro de professores se encontram preparados para acolher alunos nas suas diversidades, necessidades, sejam elas físicas,

psíquicas, emocionais ou cognitivas. Nesse contexto é de suma importância, atentar-se aos processos de ensino e aprendizagem, pois é por meio desses processos pedagógicos, metodologias e estratégias de ensino que o docente no dia a dia, abre caminhos para que cada vez mais haja uma inclusão no ensino e no aprendizado dos alunos, a fim de que todos sejam respeitados em suas diversidades. Mantoan (2015):

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto de exercício diário da cooperação, fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. (p.09)

Essa pesquisa se faz importante porque partiu da observação já há algum tempo do trabalho que desenvolvo na rede municipal de ensino, e assim já presenciei vários casos de crianças que necessitam da inclusão, e das dificuldades encontradas para se chegar à inclusão dessas crianças, desses alunos. Então daí surge essa importância do desenvolvimento dessa pesquisa.

Na verdade, todos somos diferentes e em algum momento de nossas vidas precisamos ser inclusos em alguma situação dentro do contexto escolar, ora por timidez e dificuldade de socialização, interação, outras vezes por dificuldade de compreensão de determinados conteúdo mesmo. Partindo de pressupostos de Mantoan (2015):

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. (p.38)

Mantoan (2015) pontua ainda que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e ou dificuldades de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (p.36)

Demonstra um conceito de como se dá a aprendizagem conforme seu parecer: esse tempo como aliado dos alunos nesse processo de aprendizagem deve ser observado com muita cautela. Pois as estratégias, os métodos, e as metodologias que são usadas pelo professor contará muito para que no final possa se somar um ensino-aprendizagem qualificado.

A perspectiva que tínhamos ao decorrer desse trabalho encontraria respostas, informações para os parâmetros no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem no processo da inclusão. Perspectiva é uma palavra de múltiplos significados, podendo estar relacionada com

o modo como se analisa determinada situação ou objeto; um ponto de vista sobre uma situação em específico; um modo tridimensional de representação ou tudo aquilo que se consegue ver ao longe.

No caso desse trabalho os estudos desse processo de ensino e aprendizagem giram em torno da perspectiva inclusiva. Conforme Mantoan (2015 p.16), a perspectiva inclusiva indica o direito de todos os estudantes, com ou sem deficiência, acessarem o mesmo currículo. A elaboração dessa proposta de trabalho justifica-se pela importância da pesquisa que está sendo feita em busca das respostas de como se dá, acontece o ensino e aprendizagem, sob o olhar de uma perspectiva de inclusão, mudança que de fato exige, mudança de paradigma educacional.

Este é um tema relevante de ser pesquisado, pois é atual, pois a inclusão é algo presente e estatisticamente futuro do nosso contexto educacional. Daí surgem as questões dessa pesquisa, que vem a ser uma problematização na qual pretendo focar e ir trabalhando, pesquisando e encontrando as respostas. onde chegando estou no meu objeto de estudo propriamente dito:

Quais são os processos de ensino e aprendizagem que estão sendo desenvolvidos e se tornando eficazes para que haja uma inclusão no ambiente escolar? Os professores tem sido preparados em formações continuadas e essas formações os faz preparados para atuar na educação inclusiva? Existem políticas públicas, legislações que prevê uma ressignificação da inclusão? Quais estratégias pedagógicas têm sido promovidas para a inclusão de crianças no contexto escolar?

Para a pesquisa foi traçado como objetivo geral desse trabalho: compreender a inclusão no contexto educacional da rede pública da educação básica nos primeiros anos do ensino fundamental. E para os objetivos específicos: reconhecer os processos pedagógicos numa perspectiva inclusiva; identificar processos de inclusão na escola; discutir o que é inclusão escolar, identificando deficiências e transtornos.

É uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. É exploratória e descritiva. Para analisarmos os dados, selecionamos artigos científicos publicados no ano de 2021 com os descritores ensino e aprendizagem e inclusão escolar, por meio da análise qualitativa, a luz do referencial teórico.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo Mantoan (2015 p.11), o movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional é irreversível e convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento.

Para a autora a prioridade é atender à necessidade dos alunos. E considera também que na inclusão, é um processo que se implica um esforço:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, especialmente de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.32)

Há vários autores que trabalham o tema sobre inclusão, este trabalho baseia-se nos estudos de Maria Teresa Eglér Mantoan e Mônica Carvalho Magalhães Kassar. E para a metodologia Luciana Pizzani et al e Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamasso Mioto. Pois encontrou-se assuntos coerentes com o tema em questão.

Para Mantoan (2015) “O mote da inclusão, ou seja, seu argumento, é o de não deixar ninguém no exterior da escola, do ensino regular, desde o início da vida escolar” (p. 16). As escolas inclusivas consideram as necessidades de todos os alunos e se estrutura em função dessas necessidades. Seu objetivo é manter todos estudando, evitando a evasão escolar. É manter um processo pedagógico, metodológico, de estratégias de ensino e aprendizagem que possam manter todos os alunos na escola, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não.

A autora prioriza a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. O lema da inclusão é claro, em manter todos os alunos, sem exceção, matriculados e frequentando as salas de aula do ensino regular e público. Cada aluno é único, é um ser, e devem ser atendidos em suas individualidades, sem discriminação, sem regras específicas para aprender e sem trabalhar à parte com alguns alunos.

Deve-se atender a todos, ajudando cada um em suas dificuldades e individualidades, para que dentro de suas capacidades de aprendizagem, possam ir conquistando o espaço do conhecimento, partindo de seus conhecimentos prévios, e abrindo um leque de possibilidades que ampliem novos saberes.

A inclusão também questiona o conceito de integração, e seus objetivos de inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, pois prioriza que o sistema educacional deve trabalhar de forma que não haja a evasão, o abandono escolar, a repetência, discriminação e que acabe por culminar no fracasso escolar. (Mantoan 2015, s/p.)



Conforme Dubet (2003) fala em seu artigo de sua concepção sobre esta exclusão de alunos, diz:

Entretanto, a exclusão é o indicador de uma transformação da escola que ultrapassa amplamente os casos agudos de exclusão. O problema da exclusão nos ensina que as relações da escola e da sociedade se transformaram e que a escola perdeu sua “inocência”. Ela própria é o agente de uma exclusão específica que transforma a experiência dos alunos... às vezes até da legitimidade da instituição escolar. (p.43)

Para Dubet (2003), a escola se ela não faz seu papel inclusivo, ela se torna no agente, no pivô que facilita a evasão escolar. Deveria trabalhar, nas relações com a sociedade de modo a fazer que suas relações se tornem em um agente acolhedor e facilitador para a permanência do aluno na escola. Ressalta que as relações da escola com a sociedade mudaram, e isso faz com que a escola perca sua inocência, ou, seja a responsabiliza para que haja a inclusão.

Mantoan (2015), em seu artigo fala o que acontece para que a identidade do aluno seja ressignificada:

A inclusão é um produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (p.20)

Essa ressignificação e pluralidade, deve ser trabalhada, de forma que atinja os alunos fazendo-os descobrir novos caminhos educativos, culturas, fora do cotidiano que ora vivenciam em seu dia a dia em casa, ou vida sociais. A escola deve proporcionar-lhes essa ressignificação de suas identidades que não são fixadas em nenhum modelo como ideais ou essenciais. Esclarecendo melhor, trabalhar com os alunos atividades fora do seu cotidiano diário, para que assim se torne ressignificado para o educando seu estar na escola.

Consoante com a visão de Mantoan (2015) outro grupo de estudantes com deficiência, que necessitam de atendimento especializado, que precisa que sejam atendidos em suas especificidades concomitantemente, nas salas de ensino público e regular são os surdos, necessitam do atendimento do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, os cegos necessitam do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas regulares de ensino público.



Para Arruda e Almeida (2014), o projeto da “Cartilha da Inclusão Escolar: inclusão baseada em evidências científicas” foi idealizado com os seguintes objetivos<sup>3</sup>, a partir desse novo paradigma educacional.

Para as autoras Arruda e Almeida (2014) deve-se contemplar toda a diversidade de salas de aulas de escolas brasileiras, atendendo a todos os tipos de deficiências, apresentando um projeto de escola inclusiva, com objetivos claros. Estudos populacionais que acompanham a criança desde o nascimento até a vida adulta comprovam o que muitos educadores percebem ao longo de anos de experiência, “cada criança tem o seu ritmo de aprendizado e divergem em suas habilidades e dificuldades”. (p.07)

As evidências científicas atuais bem retratam essa diversidade no desenvolvimento infantil, seja ele típico ou atípico. Da mesma forma que as habilidades e dificuldades são distintas em crianças com deficiências, transtornos mentais ou transtornos específicos de aprendizagem, elas também o são em crianças com desenvolvimento típico. Concluem Arruda e Almeida (2014 p.08).

Ao passo que Kassar (2012) também visionária dos acontecimentos, nos traz em seu artigo que durante o governo Lula, foram implantados um conjunto de programas e ações para a formação da política de educação inclusiva, inclusive o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Kassar (2012) ainda ressalta:

Esse conjunto de ações sustenta a política de matrícula de crianças com deficiências em massa nas escolas comuns, disseminando a ideia de que qualquer atendimento educacional que substitua a escolaridade de uma escola comum seja em atitude discriminatória e estaria portanto, em choque com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as pessoas portadoras de deficiências. (p.841)

Segundo Mantoan (2015) , a autora concebe que a inclusão é uma inovação, que implica na modernização e reestruturação das condições atuais das nossas escolas,

---

<sup>3</sup> 1. Disponibilizar recomendações de inclusão escolar baseadas em evidências científicas, contemplando toda a diversidade de escolas e salas de aulas Brasileiras.

2. Propor recomendações gerais e específicas para crianças com deficiências (intelectual, auditiva, visual e motora), transtornos mentais (Transtorno do Espectro Autista e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Disgrafia e Discalculia), talentosos e superdotados.

3. Disponibilizar os princípios e práticas que regem a “arte cientificamente fundamentada de ensinar” com base nos conhecimentos mais atuais da Neurociência da Educação que contempla o atendimento da diversidade infantil.

4. Apresentar um projeto de escola inclusiva como via alternativa de implantação desse novo paradigma de inclusão escolar, com objetivos claros, logística realista e indicadores práticos de auditoria e monitoramento.

5. Disponibilizar bibliografia científica e outras fontes de informação e pesquisa que permitam ao leitor se aprofundar na temática. (p. 07)

especialmente de nível básico, e que quando estas assumem as dificuldades de alguns alunos, se torna em reflexos de como está a ministração do ensino e de como está sendo concebida a aprendizagem. Destaca que um ensino de qualidade se tem a partir de condições de trabalho pedagógico que entrelaça redes de saberes, relações. Que existe ensino de qualidade quando as ações educativas, os processos educativos e as práticas pedagógicas, todos estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sobressaindo ora os aspectos sociais e afetivos dos alunos.

Mantoan (2015) reforça:

Para o aprendizado dos alunos considera-se o que podem aprender hoje em um ambiente que seja estimulador de suas potencialidades. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. (p.39)

Para a autora o ponto de partida é ensinar a turma toda sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, e que esta diferenciação será um processo que será feito pelo próprio aluno ao aprender ou apresentar suas dificuldades. Pois assim o professor também não se sobrecarrega inutilmente tentando acompanhar aluno ou grupos de alunos. Ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um.

Souza e Mendes (2017), fizeram uma pesquisa com abordagem colaborativa, na área de educação especial na perspectiva da inclusão escolar, participando desta pesquisa quatro deficientes visuais, um deficiente intelectual e um surdo. Usaram a música como prática pedagógica. Esta intervenção colaborativa, considerando a prática pedagógica utilizada, segundo as autoras Souza e Mendes (2017), esta prática colaborativa incidiu diretamente na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

Para Stainback e Stainback, (1999), “A educação afasta crianças e adultos das rotinas confortáveis levando-os em direção aos desafios e aos prazeres de extrair as lições de experiência humana no enfrentamento da realidade da vida. A educação acontece no contato com os outros e as potencialidades”. (p. 64)

Segundo Susan e William Stainback (1999) para criamos e mantermos escolas e comunidades realmente inclusivas, as crianças e os professores devem enxergar-se como agentes ativos da mudança, dispostos e capazes de enfrentar e desafiar os estereótipos e o comportamento opressivo e discriminatório. As escolas inclusivas são um desafio que nos afasta da rotina, nos levando ao enfrentamento da realidade, onde as crianças e os professores precisam enxergar-se como agentes ativos da mudança.

## 2.1 - As Legislações no Brasil acerca das Salas de Recursos Multifuncionais

Sendo um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação com as políticas públicas, para assegurar o acesso dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular, conforme nos traz Farias e Santos (2020), com o fim de atender este direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, no artigo 4, inciso III, indica que o Estado deve ofertar e garantir que “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino”. (p.01)

Quando nos propomos a observar, estudar e atentar para algum tipo de deficiência, o que mais deve ser analisado e sempre nos remeter é não somente às questões que diz respeito a limite e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes das pessoas, levando as pessoas com deficiência a além de enfrentar os limites impostos pela própria deficiência, sejam elas quais forem que enfrentem, a virem a ter que transpor os obstáculos dos preconceitos para participarem da educação escolar.

Farias e Santos (2020), considerando para que não haja esse prejuízo, e a inclusão aconteça de forma relevante, absoluta faz essa citação em seu artigo: “Por esta razão, muitas crianças são prejudicadas pela falta de adequação do trabalho ao potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e cultural, levando-os a perdas consideráveis no seu desenvolvimento e aprendizagem” (p. 01).

Para tanto, como educadores, devemos atentar-nos para estes pontos chaves, de adequação do trabalho, para que as crianças com deficiências ou transtornos se sintam inclusas nos processos de ensino e aprendizagem, e tenham assim consideráveis aprendizagens cada uma dentro de suas limitações. Ainda fazendo uma consideração sobre a sala de atendimento especial na escola, Farias e Santos (2020), diz: “Que quando convenientemente interpretadas asseguradas nas escolas, o AEE pode promover mudanças no ensino, atendendo assim os

requisitos de uma educação para todos” (p. 02). Ponderou que essas mudanças no ensino, são gradativas, de acordo com as experiências cotidianas entre educadores, educandos nas salas de inclusão, de SRMF e AEE.

Com o olhar de uma perspectiva inclusiva, visando um ensino e aprendizagem desenvolvidos no âmbito das SRMF e AEE dentro das escolas, para se promover ao sujeito, ao educando as mais variadas situações pedagógicas, permitindo experimentações, levando ao desenvolvimento de seus potenciais cognitivos, emocionais e de socialização dentro do espaço escolar como um todo, Pazian, Mendes e Cia (2014), considerou relevante que toda a escola precisa ter caráter inclusivo, nas suas características e no funcionamento para que alunos com deficiência sejam acolhidos.

Anjos (2011) fala sobre as salas de recursos multifuncionais como uma sala para oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais. E, para tanto deve ser uma sala que tenha um ambiente que estimule através dos mais variados materiais pedagógicos e específicos de cada tipo de transtorno ou deficiência, visando o desenvolvimento pleno, e também condições de acessibilidade que permitam a sua inserção dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo a autora:

Os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais devem participar de maneira colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e sua inserção no grupo, portanto o papel do professor do AEE, é de criar condições plenas para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. (p.05)

Observa-se que para que haja um processo de ensino e aprendizagem eficientes, e se desenvolva numa perspectiva inclusiva realmente, o professor de AEE, deve criar condições, para que os alunos da AEE, superem os limites de suas deficiências. Exige-se que haja uma total mudança no cenário da escola, e uma adaptação completa do corpo docente, gestores e coordenadores, visando um objetivo comum. É claro, não extinguindo o restante dos funcionários em conjunto com a comunidade.

Para se haver um processo articulador, de propiciar o ambiente para que seja inclusivo, visando propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo, emocional, psicológico e de ensino e aprendizagem para esse grupo de alunos, e também mais do que somente a palavra social, a socialização desses estudantes com alguma deficiência com os demais estudantes da escola. Promovendo trabalhos e atividades em conjunto sempre que possível, como também com toda a comunidade escolar e corpo funcional da escola.

## **2.2. Diretrizes operacionais da educação especial**

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades, superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento complementa ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Isso é o que reza o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

## **2.3 Educação Inclusiva garantida por Lei**

A Educação Inclusiva é uma educação que garante o direito dos estudantes por Lei, de ter o ensino em classe regular, regularmente matriculado, promove a aprendizagem, a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida. Aborda que esses estudantes frequentem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação. Além

disso prevê o atendimento do AEE, que é o atendimento educacional especializado no contraturno, como medida complementar, e não como uma substituição à sala de aula comum.

Não se pode deixar de pontuar, que a escola, é muito mais que um simples lugar de aprender a ler e escrever, aprender a contar, aprender números, mas sim um espaço de socialização e integração do estudante. De aprender vivências, ser um cidadão, valorização do ser, da diversidade e da cultura. Como também do desenvolvimento cognitivo, motor, socioemocional, e muito mais que isso, de valorização da vida.

Em conformidade com Falconi e Silva (2002):

São consideradas pessoas com deficiência intelectual aquelas que possuem funcionamento inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. (s/p)

E considera que necessitam aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres. E que assim possam ser educados de forma significativa a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo, confiabilidade para conquistas de competências intra e interpessoais.

## **2.4 Princípios da valorização na Educação Inclusiva**

A educação inclusiva tem por princípio a valorização da diversidade humana em seus múltiplos aspectos: culturais, sensoriais, étnicos, físicos e mentais. A inclusão deve ser vista como direito de todos que encontraram condições necessárias para o seu desenvolvimento. E concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nesse processo de construção, não ocorre uma simples associação, mas uma interação entre os conceitos, ideias, num processo de construção onde acaba por se formar uma nova informação, ou seja, continuidade do saber, que possui significado para o sujeito, o indivíduo, que é a criança, o aluno.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização

e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Estabelecer um ensino inclusivo e integral dos alunos pressupõe uma ação transformadora, que os possibilitem ampliar suas potencialidades e desenvolver o espírito crítico de tal forma que os permitam intervir e transformar o espaço social do qual fazem parte. Para tanto, a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais-SRMF e a oferta do Atendimento Educacional Especializado-AEE aos alunos com necessidades educacionais específicas vem corroborar para tal processo.

É função destas salas, a organização e a disposição de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para o atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos e a interface com as escolas de ensino regular, promovendo apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos para que os mesmos tenham acesso ao currículo pleno.

As Salas de Recursos Multifuncionais são constituídas de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos e de informática. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Nº 6.571/2008<sup>4</sup>.

A organização das salas de recursos onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado-AEE, fundamenta-se, nos marcos legais, políticos e pedagógicos que orientam para a implementação de sistemas educacionais inclusivos: Constituição da República Federativa do Brasil -1988, define, no art. 205, a educação como um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência; Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência /ONU; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que

---

<sup>4</sup> . Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil;

. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (PPP 2021 p.19)



estabelece Diretrizes Gerais da Educação Especial; Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do Atendimento Educacional Especializado– AEE e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na educação básica. Para a realização das matrículas na Sala de Recursos Multifuncionais – SRMF é necessário seguir alguns critérios<sup>5</sup>.

Lembrando que esse atendimento é realizado no horário oposto ao que o aluno frequenta a escola comum. É preciso considerar a flexibilidade da organização para o atendimento dos AEE, quanto ao atendimento individual e organização de pequenos grupos, conforme o Plano de AEE de cada educando.

É estruturado e organizado de forma que o professor do AEE faz o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, bem como orientações para os profissionais da escola:  
Frequência: duas vezes semanais;

Tempo de Atendimento: cinquenta minutos por dia; Composição do atendimento: individualmente e/ou em pequenos grupos.

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades.

Na execução do plano de AEE, o professor deve ter condições de saber se o recurso de acessibilidade proposto promove a participação do aluno nas atividades escolares. O plano, portanto, deve ser constantemente revisado e atualizado, buscando sempre o melhor para o aluno e considerando que cada um deve ser atendido em suas particularidades.

O objetivo de o AEE ser realizado na escola possibilita que as necessidades possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando estes alunos dos ambientes de formação comum a todos.

---

<sup>5</sup> . Estar matriculado na rede pública de ensino regular da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia;  
 . Ser encaminhado pela Gerência de inclusão, Coordenadorias Regionais de Educação - CREs, (Unidades Regionais) e pelos Centros Municipais de Apoio à Inclusão - CMAIs ou pela Secretaria Municipal de Educação – SME;  
 . Possuir laudo médico ou laudo de equipe multiprofissional do CMAI que ateste ser pertencente ao público-alvo do AEE.  
 . O professor do AEE selecionará o tipo de atendimento, organizando, quando necessários, materiais e recursos de modo que o aluno possa aprender a utilizá-los segundo suas habilidades e funcionalidades. (PPP, 2021p.20)

Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos.

As adequações curriculares envolvem a participação de toda a comunidade escolar, ou seja, não devem ser realizadas num processo individual ou que resulte apenas da relação entre o professor e o estudante. Devem perpassar todos os setores da escola, visto que abrangem também organização estrutural e acessibilidade a serviços de apoio necessários ao atendimento do estudante.

## **2.5 Desafios enfrentados pelo Atendimento educacional Especializado:**

Um desafio enfrentado pelo AEE na escola é a conscientização que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consistem apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Outro desafio é a permanência desse aluno no atendimento, devido à saúde fragilizada dos mesmos e as dificuldades enfrentadas pelos familiares algumas vezes afastam o educando de frequentar a SRMF. E a falta de recursos financeiros destinados para a sala, o MEC repassa um recurso para a acessibilidade, sendo que o material pedagógico fica a cargo da instituição que a sala foi implementada.

As parcerias intersetoriais e com a comunidade onde a escola está inserida, necessárias para o atendimento e para a produção de materiais, estão elencadas entre as ações do Projeto Político Pedagógico, pois a educação não é apenas uma área restrita aos órgãos do sistema educacional. Elas aparecem nas ações integradas da escola com todos os segmentos da sociedade civil e da sociedade política dos Municípios e Estados com a escola. (PPP 2021 p.21)

Parcerias essas que poderão subsidiar a elaboração, a construção ou a confecção de materiais ou recursos para o aluno, bem como, as adequações posturais, nos ambientes e mobiliários da instituição, são eles: Centro Municipal de Apoio à Inclusão-CMAI; Centro de Orientação e Assistência ao Encefalopata-CORAE; Sociedade Pestalozzi; Centro Brasileiro de Reabilitação e Apoio ao Deficiente Visual-CEBRAV; Centro Estadual de Apoio ao Deficiente-CEAD; Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais-APAE; marceneiro, costureira, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, entre outros necessários.

Mas, no ano de 2021, em novembro, o atual governo de Goiás Ronaldo Caiado, tomou a iniciativa e irá padronizar todas as 316 Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todo o Estado. A novidade foi anunciada pelo governador Ronaldo Caiado em cerimônia realizada no Colégio Estadual Jardim Tiradentes, em Aparecida de Goiânia, nesta quinta-feira, 11 de novembro de 2021. Na unidade escolar, uma sala modelo foi montada para ilustrar o padrão que os demais ambientes deverão seguir. Além do mobiliário, as salas deverão ter os mesmos recursos didáticos e equipamentos tecnológicos discriminados em manual da Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

Para a adequação dos espaços, cada unidade escolar receberá R\$ 32 mil em recursos. Desse total, R\$ 8.700,00 serão destinados ao custeio da reforma; R\$ 10 mil serão direcionados à compra de materiais didático-pedagógico; e R\$ 13.300,00 serão investidos na aquisição de mobiliários e equipamentos da área de tecnologia. “As salas de AEE, dentre todas as ferramentas que nós usamos na inclusão, é o mais importante”, explica a superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais da Seduc, Núbia Rejaine, da Secretaria de Estado da Educação, Governo do Estado de Goiás. “Ela permite que o aluno venha no contraturno e desenvolva habilidades e competências que, dentro da sala regular padrão, eles poderiam não conseguir em função dos seus comprometimentos”. A superintendente considera que os investimentos feitos pelo Governo de Goiás nesses espaços trarão inúmeros retornos para a Educação Especial, principalmente no que se refere ao aprendizado dos estudantes, para o governador Ronaldo Caiado, a ação demonstra o cuidado que o Estado tem tido com os estudantes goianos de forma geral, incluindo aqueles que tem alguma limitação motora, sensorial ou intelectual.

## **2.6 A formação e atribuições do professor do AEE na perspectiva inclusiva**

O processo de desenvolvimento na perspectiva inclusiva, é um processo que se dá mediante um ensino aprendizagem que visa um olhar minucioso e atento, observando as limitações das quais o educando em condições de inclusão está inserido. Atentar para o estudante, sabendo que cada aluno é único e, portanto, o seu jeito de aprender também.

Em concordância com esta fala Mantoan (2015):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, especialmente de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles,

mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.33)

Os métodos, as metodologias que o professor de um aluno em condições de inclusão, estarão utilizando, com certeza diz muito nos resultados alcançados pelo aluno e pelo professor. O professor deve objetivar-se a transpor os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação do aluno em inclusão no processo educativo. Existem muitas barreiras a transpor, que são chamadas de barreiras atitudinais, onde nelas estão contidas todas as formas que essas aulas são desenvolvidas, até à afetividade desse professor pelo aluno, de que forma lida com ele enquanto pessoa e ser humano. Isso com certeza causará uma projeção sem dúvida positiva ou negativamente nesse aprendizado.

Segundo Arruda e Almeida (2014) comenta sobre essas barreiras:

Entende-se por barreiras atitudinais posturas afetivas e sociais, nem sempre intencionais ou percebidas, que se traduzem em discriminação e preconceito. Exemplos de algumas dessas barreiras atitudinais são a utilização de rótulos, de adjetivações, de substantivação da pessoa com deficiência como um todo deficiente, entre outras. Só através da educação dos professores, comunidade escolar, família e sociedade que conseguiremos erradicar tais barreiras ou, pelo menos, minimizar seus efeitos danosos. (p.07)

Mediante o que vimos, constata-se, que para que haja um processo de ensino e aprendizagem na perspectiva inclusiva verdadeiramente notório, equilibrado, com bons resultados, o professor precisa também estar preparado para esse processo de inclusão, estando preparado para romper com essas barreiras atitudinais, que por vezes podem ser até ser imperceptíveis. Desenvolvendo um trabalho cuidadoso para minimizar efeitos danosos ao aluno em condição de inclusão.

Para Fernandez (2001), citado por Piovesan et. al (2018), “A aprendizagem é uma construção singular que cada sujeito vai fazendo a partir de seu saber para ir transformando as informações em conhecimento” (p.60). Ou seja, para as autoras, num sentido amplo, a aprendizagem pode ser entendida como a capacidade que o sujeito apresenta de dar respostas que se adaptam às solicitações e desafios surgidos na sua interação com o meio. Sabendo que toda aprendizagem gera mudanças no comportamento do aprendiz. São os processos de aprendizagem de que os alunos, os educandos vão adquirindo, se apropriando, que os inserem gradativamente na vida em sociedade, e no processo pelo qual a humanidade passa e vive escrevendo no tempo sua história.

Para Vygotsky (1998), citado por Piovesan et. al (2018):

A aprendizagem está relacionada ao desenvolvimento desde o início da vida humana, iniciando muito antes da entrada da criança na escola. É um processo contínuo que acontece em diferentes espaços, sejam formais, como é o caso da escola, ou informais. A aprendizagem possibilita que sejam despertados processos internos de desenvolvimento. (p. 60)

Como a aprendizagem é uma experiência individual, e cada pessoa tem seu ritmo de aprendizagem, isso deixa claro, o que lhe confere um caráter pessoal e intrasferível, deve-se respeitar os limites de aprendizagem, nos processos de ensino para pessoas com deficiências e transtornos, déficits, para que aprenda dentro do curso de seus potenciais, uns menos, outros mais, mais todos inclusos neste processo de desenvolvimento.

## **2.7 São atribuições do professor do AEE (E.M.T.I.M.A.F):**

Fala-se nesse capítulo sobre uma escola em Goiânia onde a denominarei somente por suas iniciais: (E.M.T.I.M.A.F.). Para a atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

Tem como função<sup>6</sup> realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, conforme as necessidades específicas de cada aluno. Atribui-lhe ainda organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis. Como também ensino e desenvolvimento de atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braile,

---

<sup>6</sup> São essas atribuições:

- . Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- . Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- . Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- . Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- . Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- . Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- . Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- . Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- . Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (PPP, 2021, s/p)

orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para surdos etc., articulação com os professores das classes comuns.

A formação de professores para a inclusão escolar se mostra, portanto, fundamental para alcançarmos uma educação de qualidade. E uma educação de qualidade obrigatoriamente deve contemplar as necessidades de todos os alunos.

Arruda e Almeida (2014) diz e também norteia o projeto da Cartilha da Inclusão Escolar: “à concepção de que a inclusão escolar que tanto queremos só será completa no dia em que deixar de existir e todas as crianças forem incluídas na escola em sua singularidade e diversidade”, (p.08)

A inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim podermos sem distinção, convivermos e compartilharmos no mesmo espaço e vivências com pessoas diferentes de nós, ou que tem algum transtorno ou deficiência. Sejam estes transtornos globais do desenvolvimento, TDHA, surdez, cegueira, autismo ou alguma outra deficiência seja ela física ou cognitiva.

## **2.8 Funcionamento de uma escola da Rede Municipal de Goiânia**

A E.M.T.I.M.A.F., na cidade de Goiânia que oferta ensino inclusivo diz que a noção de escola inclusiva dá a consciência de que se deve dar oportunidade a todos os alunos de ter as mesmas chances, em condições igualitárias nos processos de ensino-aprendizagem, esportiva, cultural emocional. Estimulando a autoestima dos estudantes e modificando a visão restrita de que a escola atende apenas às necessidades do conhecimento cognitivo. A escola espera que tal atitude reflita também na redução do índice de evasão e reprovação, superando o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

É neste contexto que a escola, E.M.T.I.M.A.F., escola localizada na região sul de Goiânia, Goiás. Essa unidade escolar recebe alunos que vem à escola, em busca do saber, mas trazem consigo graves problemas sociais como fome, falta de higiene e saúde, uso de drogas, violência, baixa autoestima, exigindo da instituição uma nova visão de práticas pedagógicas e sociais, diferenciadas e abrangentes. “Entretanto, quem estabelecer é a prática de atitudes críticas e educativas para uma construção social, emancipatória e digna, de forma a contribuir para a renovação social, diminuindo a desigualdade entre classes sociais, segundo visa o PPP 2021 da escola.

A Política Nacional de Educação Especial preconiza que alunos com necessidades especiais educacionais estejam matriculados preferencialmente na rede regular de ensino e que o Estado assegure as condições para atender às suas necessidades. Para tanto, a Educação Especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A E.M.T.I.M.A.F. assume a identidade de escola inclusiva que, na sua concepção, é aquela que se organiza para não só acolher alunos com necessidades educacionais especiais, mas que se compromete em assegurar a todos, as melhores condições de interação e desenvolvimento global, seja em classes regulares e em atendimentos diversificados.

Os alunos incluídos vivenciam um currículo adaptado, de acordo com suas possibilidades e limitações frente à aprendizagem, nas diferentes áreas do conhecimento. Este currículo é geralmente adaptado a partir do estabelecido para cada agrupamento, após o estudo das necessidades e reais condições de cada aluno ou aluna.

## **2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Essa pesquisa é uma pesquisa qualitativa bibliográfica. Que segundo Bogdan e Biklen (s/a) citado por Lüdke e André (1986) apresenta como características “a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.13), bem como a análise dos dados tenderem a ser um processo indutivo.

Em uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar diversos instrumentos para obtenção dos dados, tais como questionários, entrevistas, grupos focais, análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). De acordo com o tema, a abordagem escolhida para estudar a questão problema, a pesquisa qualitativa pode assumir diversas formas. Nesse trabalho, a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas, hoje temos o Google Acadêmico que é uma biblioteca virtual. Mas entende-se por pesquisa bibliográfica a Revisão de Literatura sob as principais teorias que norteiam o trabalho científico, podendo ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da internet entre outras fontes.

Segundo Boccato (2006) citado Pizzani et. al (2012):



A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob o enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão de sua forma de comunicação e divulgação. (p.54)

Este é um trabalho de natureza científica, exploratório e descritivo. Segundo fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”. E é o que se fez-se nesse Cervo e Bervian (2011) “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona pesquisa, fazer abordagens exploratórias, e descrever de forma a fazer registros compreensíveis.

Lima e Miotto (2007 p.40) cita Gil (1994) “Portanto a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”. Pizzani et al (2012 p.54), diz: que “A pesquisa bibliográfica é um trabalho investigativo minucioso em busca do conhecimento e base fundamental para o todo de uma pesquisa”

Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica, com coleta de dados para o embasamento teórico sobre o tema escolhido. Pizzani et. al. (2012) sintetiza as etapas de uma pesquisa bibliográfica e segundo os autores, ao seguir esses passos pode dinamizar o processo de recuperação da informação para a revisão bibliográfica.

A primeira etapa trata da delimitação do tema-problema, em nosso caso refere-se a compreensão de como se dá o processo de ensino e a aprendizagem na perspectiva inclusiva, pois se faz muito importante nessa pesquisa observar como acontece esse aprendizado dos alunos na inclusão, esse processo de ensino, possui etapas ou obedece parâmetros? Ou considera que ninguém é igual a ninguém, ao mesmo tempo que se considera que cada um de nós temos nossas diferenças, que devem ser respeitadas em suas limitações e individualidades.

O próximo passo é o levantamento e fichamento de citações relevantes sobre o tema seguido do aprofundamento e expansão da busca do assunto. Nessa etapa, é necessário identificar termos relacionados ao tema onde fez-se o levantamento bibliográfico. Após definiu-se em que tipos de fontes que foram obtidos o material bibliográfico, sendo elas primárias, secundárias ou terciárias.

As fontes primárias são aquelas que apresentam trabalhos originais e que estão sendo publicados pela primeira vez pelos autores, como teses, livros, relatórios técnicos, anais de

congressos, etc. As fontes secundárias são trabalhos não originais que “basicamente citam, revisam e interpretam trabalhos originais” como artigos de revisão bibliográfica, enciclopédias, etc. E as fontes terciárias são aquelas apresentam índices categorizados de trabalhos primários e secundários como as bases de dados bibliográficos. (PIZZANI ET AL p. 58). Nosso levantamento inicialmente é feito utilizando as fontes secundárias.

Definido as palavras-chaves, o tipo de fonte trabalhada, inicia-se a localização dos primeiros materiais para a revisão do tema, escolhendo as palavras-chave e o local onde fora feito a busca desses materiais. Selecionado esses materiais, como pesquisador inicia-se a leitura e determina-se formas de sistematização e análise dos dados obtidos.

Os critérios para essa busca inicial foi lançar estas palavras-chaves no Portal do Google Acadêmico. A pesquisa para estes dados extraídos do Portal do Google Acadêmico, com os seguintes descritores: “Ensino aprendizagem” e “Inclusão escolar”. Foram usados os filtros em português, publicação ano 2021 e Artigos de Revisão. Destes fez-se uma análise minuciosa dos quais tinham ligação com a temática de ensino e aprendizagem e inclusão, dos quais restaram 10 artigos, feita nova análise dos selecionados, por meio da leitura dos títulos e resumos, foram descartados 6, pois não atendiam aos critérios de seleção com a temática em análise: ensino, aprendizagem e inclusão. Assim, restando somente 4 que tiveram ligação com o tema abordado. A síntese encontra-se na tabela 1, a seguir:

**3.1 TABELA 1 – SÍNTESE DOS ARTIGOS ANALISADOS**

Título do Artigo	Autor/es	Palavras chave ou Descritores	Abordagem Metodológica	Ideias Principais
1º. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: de investigação às práticas inclusivas	ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. (2021) Google Acadêmico. (Rev. Educ. Pesquisa. v.47e 233730.	“Ensino e Aprendizagem” e “Inclusão Escolar”	Abordagens pedagógicas mais universais, nesse artigo com estudos de caso.	A proposta de ensino baseada no Desenho Universal para Aprendizagem-DUA visa ao planejamento do ensino e acesso ao conhecimento para todos os estudantes. Considera as especificidades individuais do aprendizado.
2º. Avaliação flexibilizada para alunos com	(2021) Google Acadêmico.	“Ensino aprendizagem” e	Análise de dados de entrevistas semi estruturadas.	Entender a avaliação como uma estratégia a

necessidades especiais. Uma prática pedagógica inclusiva	GLAT, Rosana. ESTEF Suzanli (Rev. Olhar prof.) v. 24, e-19708.096	“Inclusão escolar		ser construída ou reconfigurada no âmbito da proposta didática curricular.
3º. A escola para todos: modelo curricular e abordagem humanista nos espaços de ensino-aprendizagem.	RABECA, Perlo Miquidade Antônio. (2021) Google Acadêmico. (Rev. Suwelani) vol. 4, nº 2.	“Ensino aprendizagem” e “Inclusão escolar”	Abordagem humanista nos espaços de ensino e aprendizagem.	Método de Paulo Freire: denominado humanista, defende uma nova epistemologia do saber objetivo fundamental, supera as adversidades de paradigma tradicional, com nova visão na abordagem do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.
4º. A presença de aluno no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos	GUIMARÃES, Dalila Viana et al. (2021) Google Acadêmico. (Rev. Eletrônica <i>Pesq. e educ.</i> ) V.13, N. 29	“Ensino aprendizagem” e “Inclusão escolar	Coleta de dados com pesquisa de campo e abordagem qualitativa	A respeito do preconceito e os estigmas em relação a alunos com deficiência. Aprendizagem dependendo do relacionamento professor/ alunos.

**Quadro:** Elaborado pela autora.

A metodologia compreende a 1ª etapa usando a análise qualitativa, com seleção dos artigos no Portal Google Acadêmico, utilizando os descritores: inclusão escolar e ensino e aprendizagem, com autores com publicações no ano de 2021 e artigos de revisão. Destes fez-se uma análise minuciosa dos quais tinham ligação com a temática de ensino e aprendizagem e inclusão, dos quais restaram 10 artigos, feita nova análise dos artigos selecionados, foram descartados 6, pois não tinham relação com o tema abordado no trabalho: ensino, aprendizagem e inclusão. Assim restando somente 4 que tiveram ligação como o tema desenvolvido. Sendo a 2ª etapa uma apresentação sistemática das ideias principais, da temática do trabalho, do referencial teórico, possibilitando verificar diferenças e organização das informações dos artigos lidos. Partindo assim para uma 3ª etapa para a análise e conclusão dos artigos escolhidos para análise e discussão dos dados, visando suas conclusões, verificações e interpretações na revisão dos dados, observando-os com o embasamento do referencial teórico, cruzando a ideia

desses autores para considerações finais. Essas três etapas compreendem em: redução, apresentação e conclusões/verificação. (GIL, 2014)

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se o estudo desse artigo de Zerbato e Mendes (2021), vemos que as práticas pedagógicas usadas na escolarização dos estudantes do ensino público, alvo da educação especial, em classes comuns são adaptadas, repensadas e individualizadas com um currículo de flexibilizações. As autoras em seu artigo: “*O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: Da investigação às práticas Inclusivas – DUA*”, construíram um estudo de investigação em programa de formação de professores, optando-se pela metodologia colaborativa, participando do estudo dez professores que tinham experiência com educação especial e sete alunos de licenciaturas, que já tiveram contato com alunos com deficiências e necessitavam de atendimento especial. Escolheram uma temática que resultaria em uma prática visando o alcance de maior participação e aprendizagem do público alvo da classe comum. Usaram como métodos diários de campos, os resultados dos achados dessas investigações e os estudos do Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA e da colaboração. Demonstraram-se como ferramentas potencializadoras no desenvolvimento de ações docentes condizentes com a diversidade, bem como na formação inicial e continuada dos participantes.

Os professores e alunos de licenciaturas participantes da pesquisa do artigo 1 visaram a proposta de ensino baseada no DUA, ao planejamento do ensino e acesso ao conhecimento para todos os estudantes. Zerbato e Mendes (2021 p.04), também pressupõe “que todos os indivíduos são diferentes e possuem ritmos e estilos variados de aprender”, dizem que a proposta no DUA “visa ao planejamento do ensino e acesso ao conhecimento para todos os estudantes e considera as especificidades individuais do aprendiz.”

Corroborando esta fala das autoras, vemos Arruda e Almeida (2014), que afirmam que os estudos populacionais que acompanham a criança desde o nascimento até vida adulta comprovam o que muitos educadores percebem ao longo de anos de experiência: “Cada criança tem o seu ritmo de aprendizado e divergem em suas habilidades e dificuldades” (p. 04). A fala dessas autoras nos leva a meditar um pouco sobre como acontece a aprendizagem dos alunos com deficiência, conforme os estudos levantados nessa pesquisa.

Buscando respostas para questões de pesquisa levantadas, foi observado que a aprendizagem surgiu de um processo contínuo de ensino em um foco constante de inclusão do aluno em condição de atendimento educacional especializado, independentemente de características individuais, facilitadoras ou não do ensino e aprendizagem. As práticas pedagógicas afetaram diretamente no resultado do desempenho desse alunado especial, por isso precisavam ser observadas, repensadas determinadas metodologias, recursos e materiais didáticos, como também todos os procedimentos, pois favoreciam direta ou indiretamente nesse processo de educação inclusiva, conforme (GLAT e STEF, 2021).

Dando continuidade ao processo de análise e discussão dos dados, em análise está agora o artigo 2: “*Avaliação flexibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais: Uma prática pedagógica inclusiva*”. Glat e Stef (2021). Tendo como abordagem entrevistas semiestruturadas, utilizando o método de ensaio. As autoras destacam em seu artigo sobre as diretrizes internacionais na Declaração de Salamanca (1994), a política de inclusão escolar de alunos com deficiência e outras condições atípicas de desenvolvimento, que gradativamente se estabelece em nosso país, atingindo tanto a rede pública quanto a privada. Glat e Stef (2021 p.02), fala que essas determinações foram reforçadas em diversos marcos legais como: Brasil 2009, 2011a e 2011b, onde se destaca o capítulo IV da Lei nº 13.146, conhecida como Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Glat e Stef (2021) apontam Marin e Maretti (2014), com uma citação que responde a uma das perguntas do objetivo desse artigo, dizendo que “[...] é preciso priorizar práticas pedagógicas diferenciadas que propiciem uma escolarização efetiva para aqueles que apresentem diferenças significativas no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem”, (p.02). No contexto ao que se refere às adaptações currículo-pedagógicas a escola contemporânea precisa contemplar o atendimento às diversidades, sendo um dos maiores desafios a avaliação dos alunos, quanto ao seu desempenho, por conta da rígida e pré-estabelecida avaliação escolar eliminatória e conseqüentemente não reproduz o processo de desenvolvimento do aluno.

Glat e Stef (2021), diz que o “processo avaliativo sobre o aluno com deficiência, deve ser um processo contínuo, visando seu desenvolvimento global”, (p.05). As autoras consideram que esse olhar no cotidiano, deve ser adotando uma medida de flexibilização didática, com o olhar voltado para as características diferenciadas dos alunos, minimizando ênfase na nota, priorizando o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração adaptações e

flexibilizações nas práticas pedagógicas, nos conteúdos curriculares e nos instrumentos avaliativos, conforme descreve Stef (2016).

Em concordância, com esta visão de Glat e Stef (2021), tem-se Farias e Santos (2020), com o olhar de uma perspectiva inclusiva, visa um ensino e aprendizagem que se desenvolvam nas salas de recursos multifuncionais e de atendimento educacional especializado dentro das escolas. Pasian, Mendes e Cia (2014), considerou a relevância do caráter inclusivo que toda escola precisa ter, apontando suas características para a acolhida de alunos com deficiência. Anjos (2011) ponderou as SRMF como uma sala para oferecer suporte aos alunos com necessidades especiais, concordando assim com Farias e Santos, que segundo as autoras o AEE sucede para promoção do sujeito, ou seja, a promoção do educando às mais variadas situações pedagógicas: permite experimentos, leva ao desenvolvimento de potenciais cognitivos, emocionais e de socialização dentro do espaço escolar como um todo.

Observa-se que as adaptações e flexibilizações curriculares devem ser levadas em conta, visto que para que aconteça a inclusão, deve partir de que o alunado em condições de deficiência ou algum transtorno, necessita de um AEE, dentro do espaço escolar e também possa participar da rede regular de ensino inserido como aluno com seus direitos que lhe cabem, e receberem a aprendizagem na perspectiva do alcance de suas potencialidades.

Já Miquidade e Rabeca (2021), procuraram se inspirar na Declaração de Salamanca (1994), para efetivar seu trabalho, intitulado: “*A escola para todos: Modelo curricular e abordagem humanista nos espaços de ensino e aprendizagem*”, a metodologia usada como suporte foi a bibliográfica. Declaração de Salamanca sugere que as nações precisam construir um sistema educativo inclusivo, permitindo que assim haja equidade entre os alunos ditos normais” e os com necessidades especiais, assim como se propõe que haja a valorização da diversidade e aplicação de uma pedagogia humanista no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Miquidade e Rabeca (2021) “[...] no modelo humanista, cada criança, tem as suas especificidades, logo, o atendimento deve partir dessa realidade” (p. 167). E os professores passam de detentores do saber para facilitadores do processo de ensino e aprendizagem, levando os alunos a vivenciarem de perto o objeto de estudo e não apenas confinar-se à uma sala de aula.

Corroborar essa ideia, Fernandez (2001), citado por Piovesan et al (2018), “A aprendizagem é uma construção singular que cada sujeito vai fazendo a partir de seu saber para ir transformando as informações em conhecimento” (p. 60). Para as autoras, a aprendizagem é

compreendida como capacidade que o sujeito apresenta de dar respostas que se adapta às solicitações e desafios surgidos da sua interação com o meio.

Mantoan (2015) apresenta a mesma perspectiva:

Para o aprendizado dos alunos considera-se o que podem aprender hoje em um ambiente que seja estimulador de suas potencialidades. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. (p.39)

Nota-se, que o papel do professor, conforme as autoras destaca no modelo humanista, é onde o professor se torna o mediador, um articulador desse conhecimento, entre o aluno e aprendizagem, agindo como facilitador para que ele ocorra. Muito mais isto deve ser levado em consideração tratando-se de alunos com deficiência ou algum déficit de atenção. Para que esses processos se tornem verdadeiramente eficazes no ambiente escolar e aconteça a inclusão como é colocada pelos teóricos estudados nesse artigo. As autoras trazem que a teoria humanista foca sua abordagem não no ensino, mas na aprendizagem, na perspectiva de desenvolvimento da pessoa humana. Cujos defensores dessa teoria são: Carl Rogers, Abram Maslow e Paulo Freire.

Guimarães et al (2021), aponta em seu artigo: “***A presença de aluno com deficiência no sistema regular de ensino: Mitos, estigmas e preconceitos***”, utilizando metodologia com abordagem qualitativa e o método de pesquisa de campo. A coleta dos dados ocorreu no ano de 2017, sendo realizados 17 Observações participantes. Tendo como objetivo principal como se desenvolve o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino. As autoras trazem em seu artigo a dificuldade das condições, indisponibilidade do trabalho docente, em aceitar e respeitar o estranho e compreender o diferente. Embora destacam que segundo O’Briem (1992, 1993, 1994) e Stainback e Stainback (1999), considera que o processo embora lento, avança nos aspectos das SRMF e também entre alguns colegas de classe e família. Se apoia na teoria de que o educador precisa se adaptar para implantar e elaborar propostas de ensino para atender a todos os alunos que tenham algum tipo de deficiência para estimular a aprendizagem e assegurar sua permanência na escola.

Segundo Guimarães et al (2021), para que a inclusão aconteça é essencial a formação de professores de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 prevê no seu artigo 59 “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como no ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns”. (BRASIL 1996 p.22)



Isto deixa claro, que a escola precisa de formação continuada para os professores, e que o sistema de ensino se comprometa com esses docentes. E assim os docentes sejam condicionados a atender esses alunos em condições especiais. Considera-se, assim, o professor como um agente, determinante da transformação da escola inclusiva, que deve ser preparado adequadamente para assim gerir o acesso às informações e conhecimentos por parte dos educandos.

Aponta as autoras que o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos é aprender a conviver com a diversidade. Isto reforça que as políticas de inclusão devem ser adotadas, nos processos de inclusão desses alunos com deficiência nas escolas de ensino regulares. A partir desse processo de inclusão, virá indubitavelmente os processos de ensino e aprendizagem.

É importante que seja levado em conta a importância da formação continuada dos professores para a sua atuação para o atendimento educacional especializado, para que esses alunos com deficiência não sofram prejuízo na aprendizagem, conforme Guimarães et al (2021) concluiu com seu estudo.

Farias e Santos (2020), corroboram a mesma ideia das autoras: “Por esta razão, muitas crianças são prejudicadas pela falta de adequação do trabalho ao potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e cultural, levando-as a perdas consideráveis no seu desenvolvimento” (p. 01). Compactua o parecer com as autoras, apresentando a mesma perspectiva de visão a respeito, temos Mantoan (2015):

inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, especialmente de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.33)

Chega-se a uma conclusão, que os professores precisam trabalhar com práticas pedagógicas voltadas a atingir metas de alcance do bom andamento do ensino e aprendizagem do alunado com deficiência para que estes possam ser inseridos com êxito nas salas comuns do sistema regular de ensino, desenvolvendo conforme sujeito de direitos que é, e tendo um processo contínuo de aprendizagem dentro do espaço escolar como um todo. Sendo este processo flexível, não engessado, mas aberto às mudanças, diversidades e adversidades que possam surgir no espaço educacional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo como base os dados obtidos por intermédio do desenvolvimento desse estudo, tornou-se possível uma análise da resposta à problematização levantada no início: Se os processos de ensino e aprendizagem que surgem em demanda da inclusão estão sendo resolvidos?

Para que de fato seja uma escola inclusiva, não basta somente receber esses alunos, deve se fazer um levantamento das adaptações na escola, o mais importante é uma adoção de métodos e práticas de ensino adequado às diferenças do educando, contando ainda com o uso de materiais e equipamentos que facilitem a aprendizagem, para que se insira uma cultura inclusiva na escola garantindo assim mudanças de práticas por parte dos professores, também obtida em formações continuadas.

Levando-se em consideração que hoje muitos professores recebem a oferta de cursos de inclusão ofertados pela própria rede de ensino e muitas instituições privadas também. Onde o professor passar pelos processos de formações continuadas para estarem aptos a receber estas crianças, levando em conta que não existe uma receita pronta, cada indivíduo é um ser, com suas diferenças, emoções, maneiras e ritmos de aprendizagens, que serão construídas no cotidiano com o ensino à eles ofertado e trabalhado em conjunto.

Ao investigar a legislação, alguns artigos escolhidos para a elaboração do presente estudo sobre os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na perspectiva inclusiva, demonstraram para haver um ensino e aprendizagem inclusiva, em primeiro lugar a escola deve garantir a este aluno o seu espaço, adapte-se a recebê-lo e não o aluno adaptar-se a ela, conforme estudado nesse artigo.

Apesar de alguns pontos ainda deixarem a desejar em relação à inclusão, já tem tido um avanço com as SRMF e de AEE, onde as práticas pedagógicas e os recursos didáticos trabalhados com os alunos com alguma deficiência, produzem resultados satisfatórios em relação ao ensino e a aprendizagem desses alunos num processo de construção contínuo de conhecimento.

Aqui na capital do estado de Goiás, Goiânia, as instituições municipais contam com cuidadores para alunos com alguma deficiência nas escolas onde não conta com Salas de Recursos Multi Funcionais-SRMF e de Atendimento Educacional Especializado-AEE. Mas a partir desse ano de 2021 houve uma mudança interna nas normas, regimentos da Secretaria

Municipal de Educação, e agora os funcionários enviados para suprirem essas vagas quando se tratam de estudantes com alguma deficiência, são pedagogos.

Os alunos que estudam em escolas que não possuem SRMF e AEE por vezes são encaminhadas a outros locais, mais isto dificulta esse atendimento visto a dificuldade ocasionada aos pais.

A perspectiva inclusiva na aprendizagem ela conduz à uma abordagem mais ampla das dificuldades educativas dos alunos, centradas no desenvolvimento, aprendizado dos alunos. No caso desse trabalho os estudos desse processo de ensino e aprendizagem giram em torno da perspectiva inclusiva. Conforme Mantoan (2015), a perspectiva inclusiva indica o direito de todos os estudantes, com ou sem deficiência, acessarem o mesmo currículo.

A elaboração dessa proposta de trabalho justifica-se pela importância da pesquisa que fora feita em busca das respostas de como se dá, acontece o ensino e aprendizagem, sob o olhar de uma perspectiva de inclusão, mudança que de fato exige mudança de paradigma educacional. Esta perspectiva nos mostra que os alunos com deficiência podem acessar os mesmos ambientes escolares, as vezes necessitando de algumas adaptações para que isso aconteça.

Mas esta inclusão na rede regular de ensino se dá de forma adaptativa, no cotidiano, e quando podem contar com as salas de SRMF e AEE, é uma possibilidade de melhor adaptação ainda para o processo dessa inclusão. Pois assim o estudante pode contar com os recursos que as salas oferecem e o apoio do profissional que atende nas salas de AEE.

Esse estudo contribuiu para vislumbrar uma área do conhecimento, de forma mais profunda por meio da pesquisa qualitativa bibliográfica e a análise dos dados alcançados. E também para uma melhor compreensão do objetivo principal traçado que era compreender a inclusão no contexto educacional da rede pública da educação básica nos primeiros anos do ensino fundamental que compreende do 1º ao 5º ano.

Acredito que esse tema possa ter continuidade em ser pesquisado, abrangendo outras abordagens, pesquisa de campo, visto que devido a Pandemia por causa da Covid-19, foi usada somente a abordagem bibliográfica, mas acredito que este trabalho já tem bastante a contribuir com a comunidade educacional, relacionado à inclusão ao processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência.

## **REFERÊNCIAS:**

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **O Atendimento Educacional Especializado Em Salas De Recursos**. ITABAIANA: GEPIADE, Ano 5 v. 9, p. 1-11, jan.jun.2011.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva - Referências para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos: a escola**. Brasília, 2004.v.3.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, Mauro de. **Cartilha da Inclusão: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Ribeirão Preto e São Pedro, 2014.

BRASIL (Constituição Federal de 1988). [**Constituição Federativa do Brasil** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, no artigo 4, inciso III), (organizado por Farias e Santos)]. Recife, PE, 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei 9394 de 1996, Portal Ministério da Educação, Brasil)

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de pesquisa**, 2003.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalia Aparecida Sturaro. **Estratégias de Trabalho para alunos com Deficiência intelectual no AEE**. 2002.

FARIAS, Roseli de; SANTOS, Maria Zildelaine de Queiroz. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) Nas Salas De Recursos Multifuncionais Em Duas Salas Da Rede Municipal do Recife Na Percepção Das Professoras Do AEE**. Recife, 2020.

GLAT, Rosana. ESTEF Suzanli. Ação flexibilizada para alunos com necessidades especiais: Uma prática Inclusiva. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-13,dez,2021.Disponível online

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **COMUNICAÇÕES, Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Ano 10, nº 1, jun.2003.

GUIMARÃES, Dalila Viana et al. A presença de aluno no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos. **Rev. Eletrônica Pesquisa e educação**, Santos, V.13, N. 29, jan./abr. 2021.

GOVERNO de Goiás entrega benefícios para estudantes-público da Educação Especial. Secretaria de Estado da Educação, Governo do Estado de Goiás, 11. nov. 2021. Disponível em: < <https://site.educacao.go.gov.br/noticias/3804-governo-de-goias-entrega-beneficios-para-estudantes-publico-da-educacao-especial.html> > Acesso em: 22.abr.2022.

**INSTITUTO Unibanco**. Disponível em: < <https://www.institutounibanco.org.br>> Acesso em: 22.out.2021.

JOSIELI, Piovesan; et al. **Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem**. 1ª edição UFSM/ Santa Maria/RS, 2018.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? Campinas-SP. Summus Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. UNICAMP. **Universidade Estadual de Campinas**, 2002.

NASCIMENTO, Ana Mércia da Silva; SILVA, Ana Maria da. O processo de inclusão nas escolas públicas na visão das mães de crianças com deficiência. **Rev. Educação Inclusiva**. Edição especial, v. 6, n. 1. dez. 2021.

PASIAN, Mara Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Salas de Recursos Multifuncionais: Revisão de Artigos Científicos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n.3. p. 213-225, São Carlos – SP, 2014

PIZZANI, Luciana, et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Carlos, p.53-66,2012.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – 2021**. Da E.M.T.I.M.A.F. (Rede Municipal da cidade de Goiânia, GO).

RABECA, Perlo Miquidade Antônio. A escola para todos: modelo curricular e abordagem humanista nos espaços de ensino-aprendizagem. **Revista Científica Suwelani**, 2021, vol. 4, nº 2, p.157-167. Unipiaget Moçambique e Univ. do Milho Portugal.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de, MENDES, Eniceia Gonçalves. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação especial**. Marília, SP, v.23, nº 2, p. 283-287, abr.-jun., 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **INCLUSÃO: Um guia para educadores**. Porto Alegre, p. 64 .1999.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: de investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, SP, v. 47, p. 01-12, 2021.